

# SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>7</b>
<b>AGRADECIMENTO ETERNO AO MEU AMIGO IRMÃO PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI – <i>IN MEMORIAM</i> .....</b>	<b>9</b>
<b>APRESENTAÇÃO À 21<sup>a</sup> EDIÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CONTEÚDO POR AUTOR .....</b>	<b>15</b>
<b>BREVE PREFÁCIO.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS.....</b>	<b>39</b>
<b>SILVÉRIO DAS NEVES</b>	
1.1    Noções gerais .....	43
1.1.1    Fato Gerador .....	43
1.1.2    Período de Apuração.....	44
1.1.3    Base de Cálculo.....	44
1.1.4    Alíquota e Adicional .....	44
1.1.5    Prazo de Recolhimento.....	45
1.1.6    Declaração de Informações da Pessoa Jurídica (DIPJ)....	46
1.1.7    Escrituração Contábil Fiscal – ECF .....	46
1.2    Lucro real .....	47
1.2.1    Conceito.....	47
1.2.2    Caso Prático para a Determinação do Lucro Real e do Cálculo do IRPJ .....	48
1.2.3    Pessoas Jurídicas Obrigadas à Tributação com Base no Lucro Real (art. 257 do RIR/2018 e art. 59 da IN RFB 1.700/2017).....	54
1.2.4    Opção pelo Lucro Real Anual e Pagamento Mensal por Estimativa .....	57
1.2.5    Pagamento da CSLL por Estimativa Pura (Receita Bruta e Acréscimos) .....	62

1.2.6	Balanço ou Balancete de Suspensão ou Redução .....	64
1.3	<b>Lucro Presumido .....</b>	<b>67</b>
1.3.1	Opção pelo Regime .....	67
1.3.2	Necessidade de Escrituração Contábil ou do Livro Caixa e do Livro de Registro de Inventário.....	68
1.3.3	Determinação do Lucro Presumido .....	69
1.3.4	Alíquota, Adicional e Prazo de Recolhimento .....	70
1.3.5	Mudança de Opção .....	71
1.3.6	Regime de Apuração das Receitas .....	72
1.3.7	CSLL para as Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido. Base de Cálculo e Alíquota .....	72
1.4	<b>Lucro arbitrado .....</b>	<b>73</b>
1.4.1	Receita Bruta Conhecida .....	74
1.4.2	Receita Bruta Não Conhecida .....	76
1.4.3	Acréscimos ao Resultado Apurado e Opção pela Tributação com Base no Lucro Presumido ou Lucro Real para os Demais Trimestres .....	77
1.4.4	Alíquota, Adicional e Prazos de Recolhimento .....	78
1.4.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ....	78
1.5	<b>Tributação específica – Veículos usados.....</b>	<b>80</b>
1.5.1	Lucro Real, Presumido ou Arbitrado, Inclusive Pagamentos Mensais por Estimativa .....	80
1.6	Liquidiação extrajudicial e falência.....	81
1.7	Modificações produzidas pela Lei 12.973/2014 .....	81
1.8	IN RFB 1.700/2017 .....	82
1.9	RIR/2018 (Aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22-11-2018)...	83
1.10	<b>Empresa Simples de Crédito – ESC .....</b>	<b>83</b>
1.10.1	Funcionamento da ESC .....	84
1.10.2	Tributação das ESC pelo IRPJ e pela CSLL.....	84
1.11	<b>Consórcios entre Empresas .....</b>	<b>85</b>
1.11.1	Aspectos Societários .....	85
1.11.2	Aspectos Fiscais.....	86
1.11.3	Solução de Consulta COSIT nº 197/2024.....	89
1.12	<b>Sociedade em Conta de Participação (SCP) .....</b>	<b>91</b>
1.12.1	Código Civil .....	92
1.12.2	Prova de existência .....	92

1.12.3	Resultados .....	92
1.12.4	Escrituração .....	93
1.12.5	Lucro da SCP.....	93
1.12.6	Prejuízo fiscal .....	93
1.12.7	Opção pelo lucro presumido.....	94
1.12.8	Recursos aplicados e recebidos pela SCP.....	94
1.12.9	Rendimentos pagos pela SCP .....	94
1.12.10	Ganhos ou perdas de capital.....	94
1.12.11	Cisão ou incorporação .....	95
1.12.12	Pagamento de tributos e contribuições .....	95
1.12.13	Sistema de locação conjunta ( <i>pool hoteleiro</i> ).....	95
1.13	Comparações entre Consórcio e SCP .....	97

## **CAPÍTULO 2. CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE ..... 99**

### **SILVÉRIO DAS NEVES**

2.1	Introdução .....	99
2.2	Da convergência às normas internacionais .....	100
2.2.1	Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).....	101
2.3	Balanço patrimonial – Novos grupos de contas.....	107
2.3.1	Ativo Diferido .....	107
2.3.2	Ativo Intangível .....	108
2.3.3	Avaliação Permanente de Recuperação de Ativos .....	108
2.3.4	Resultado de Exercícios Futuros (REF).....	111
2.3.5	Patrimônio Líquido.....	111
2.3.6	Equivalência Patrimonial .....	120
2.4	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) .....	121
2.4.1	Lei das Sociedades por Ações (Art. 187 da Lei 6.404/1976) .....	121
2.4.2	DRE Societária .....	123
2.4.3	Exclusão dos Tributos sobre Vendas na Receita .....	124
2.4.4	Receita Bruta e Líquida – Aspectos Tributários.....	126
2.4.5	Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) .....	128
2.4.6	Demonstrações Contábeis Obrigatórias .....	130
2.5	Sociedades de grande porte (SGP).....	131
2.5.1	Publicação das Demonstrações Contábeis .....	131

2.6	Novas Demonstrações Contábeis .....	132
2.7	Critérios de avaliação.....	132
2.7.1	Do Ativo .....	132
2.7.2	Do Passivo.....	142
2.8	Arrendamentos ( <i>leasing</i> ) .....	143
2.9	Primazia da essência sobre a forma .....	144
2.10	Histórico: aspectos tributários (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) antes da edição da Lei 12.973, de 2014.....	145
2.10.1	Introdução histórica .....	145
2.10.2	Critérios Contábeis Diferenciados.....	146
2.10.3	Reservas de Capital e Reservas de Lucros .....	147
2.10.4	Opção pelo Lucro Presumido.....	148
2.10.5	Demais Tributos (CSLL, PIS e COFINS) .....	148
2.10.6	Juros sobre o Capital Próprio (JCP).....	149
2.10.7	Compensação de Prejuízos Não Operacionais .....	149
2.10.8	Escrituração .....	150
2.11	Companhias fechadas .....	154
2.12	Conselho Federal de Contabilidade (CFC).....	154
2.13	Receita Federal do Brasil (RFB) .....	154
2.14	Alterações provocadas pela Lei 12.973/2014.....	154
2.15	Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018) .....	155

**CAPÍTULO 3. AJUSTES A VALOR PRESENTE E SEUS REFLEXOS..... 157**

**SILVÉRIO DAS NEVES**

3.1	Definição de Ajustes a Valor Presente (AVP) .....	157
3.1.1	Ativos e Passivos Financeiros .....	157
3.2	Taxa de juros a ser utilizada.....	158
3.2.1	AVP Utilizando a Planilha Excel .....	158
3.2.2	Taxa de Juros Implícita Usando a Planilha Excel.....	161
3.3	Classificações dos Ajustes a Valor Presente .....	164
3.3.1	Reversão dos AVP.....	165
3.4	Ajustes relativos à avaliação do ativo (Art. 412 do RIR/2018) ...	165
3.4.1	Caso Prático .....	166
3.4.2	Realização Mensal do AVP.....	166
3.4.3	Tributos Incluídos no Valor das Receitas.....	167

3.4.4	Aspectos Tributários dos AVP dos Ativos .....	167
3.5	AVP relativos à avaliação do passivo (Art. 413 do RIR/2018)...	170
3.5.1	Obrigatoriedade Legal de Ajustar .....	170
3.5.2	Caso Prático pela Legislação Societária.....	170
3.5.3	Realização Mensal do AVP .....	172
3.5.4	Aspectos Tributários dos AVP das Obrigações .....	172
3.5.5	Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS ...	178
3.6	Caso prático – AVP no ganho ou perda de capital .....	178
3.6.1	Depreciação Contábil e Tributária (Fiscal) .....	178
3.7	Casos práticos .....	181
3.8	Outros Ajustes a Valor Presente (AVP) .....	184
3.8.1	Outros Ativos e Receitas – Aspectos Tributários .....	184
3.8.2	Outros Passivos e Despesas .....	185
3.8.3	Vinculação à Subconta do Ativo .....	185
3.8.4	Outras Importâncias e Valores .....	185
3.9	Controle dos AVP em subcontas.....	186
3.9.1	Subcontas Analíticas .....	187
3.9.2	Livro Razão Auxiliar (RAS) .....	187
3.10	Outras normas societárias relativas ao AVP .....	188
3.10.1	Renegociação do Direito ou da Obrigaçāo.....	188
3.10.2	Valores Idênticos à Vista ou a Prazo.....	188
3.10.3	Alteração no Status dos AVP (Estorno Pendente) .....	189
3.11	Casos práticos .....	189
3.11.1	Cálculos da Operação – AVP .....	190
3.11.2	Contabilização dos Direitos AVP .....	190
3.11.3	Pela Legislação Tributária .....	191
3.11.4	Obrigações .....	192
3.12	Reflexos dos AVP .....	196
3.13	Regulamentações da Lei 12.973/2014 .....	196
3.14	Diferenças entre valor presente e valor justo.....	197
<b>CAPÍTULO 4.</b>	<b>TRATAMENTO DAS RECEITAS, DESPESAS E CUSTOS .....</b>	<b>199</b>
<b>SILVÉRIO DAS NEVES</b>		
4.1	Receita Bruta e Receita Líquida.....	199

4.1.1	Novo Conceito .....	199
4.1.2	AVP Relativos à Avaliação do Ativo .....	201
4.1.3	Exclusão dos Tributos Incidentes sobre Vendas .....	202
4.1.4	Caso Prático – Legislação Tributária .....	205
4.1.5	Breve Histórico: Exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS/COFINS.....	209
4.2	Alterações no conceito de receita bruta e líquida.....	214
4.2.1	Reflexos na Estimativa Mensal (Lucro Real).....	214
4.2.2	Reflexos no Lucro Presumido e Arbitrado .....	215
4.2.3	Reflexos na CSLL .....	217
4.2.4	Reflexos nas Contribuições Sociais (PIS e COFINS) ...	217
4.2.5	Contratos de Construção a Longo Prazo .....	219
4.2.6	Contratos de Concessão.....	220
4.2.7	Mudança de Lucro Presumido para Lucro Real .....	220
4.2.8	Avaliação a Valor Justo – Ganho de Capital.....	221
4.3	Lucro real .....	222
4.3.1	Custo dos Bens e dos Serviços (arts. 301 e 302 do RIR/2018).....	222
4.3.2	Acréscimo de Atividades.....	223
4.3.3	Despesas Pré-operacionais ou Pré-industriais.....	224
4.3.4	Depreciação .....	225
4.3.5	Caso Prático .....	228
4.3.6	Receitas e Despesas Financeiras.....	231
4.3.7	Provisões.....	232
4.3.8	Arrendamentos.....	233
4.4	Custo de emissão de ações .....	238
4.5	Teste de recuperabilidade .....	240
4.5.1	Como Estimar o Valor em Uso .....	244
4.6	Amortização de intangíveis.....	245
4.6.1	Gastos com Inovação Tecnológica.....	246
4.7	Custos estimados de desmontagem e restauração .....	246
4.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) .....	247
4.8.1	Livros Fiscais .....	247
4.8.2	Empresas Desobrigadas de Escrituração .....	248
4.8.3	CSLL – Instituições Financeiras e Assemelhadas .....	248
4.8.4	Alíquotas das CSLL .....	249

4.8.5	Arbitramento do Lucro .....	249
4.9	Doações para investimentos .....	250
4.9.1	Subvenções para Investimentos (Lei nº 14.789/2023) ...	250
4.9.2	Habilitação da Pessoa Jurídica (PJ) .....	250
4.9.3	Apuração do Crédito Fiscal.....	252
4.10	Debêntures.....	258
4.10.1	Debêntures de Infraestrutura .....	258
4.10.2	Imposto de renda retido na fonte .....	262
4.10.3	Outras alterações legais e normativas.....	264
4.10.4	Notas.....	266
4.10.5	Debêntures incentivadas .....	268
4.11	Pagamento baseado em ações .....	270
4.11.1	Adição à Base de Cálculo dos Tributos .....	270
4.11.2	Dedutibilidade do Pagamento .....	270
4.11.3	Efeitos nos Juros sobre o Capital Próprio .....	271
4.11.4	Controle no LACS/LALUR.....	271
4.11.5	Decisões do CARF: <i>stock options</i> .....	271
4.12	Prejuízos não operacionais .....	272
4.13	Distribuição de Lucros ou Dividendos.....	273
4.13.1	Lucro Real, Presumido e Arbitrado .....	273
4.13.2	Lucro Real .....	275
4.13.3	PLR de Diretores Empregados .....	276
4.14	Outros elementos e valores.....	277
4.14.1	Novos Métodos e Critérios Contábeis.....	277
4.14.2	Reserva de Reavaliação.....	277
4.14.3	Falta de Registro de Despesas e Receitas.....	278
4.14.4	Reconhecimento em Moeda Corrente Nacional.....	279
4.14.5	Ajustes no LACS/LALUR .....	279
4.14.6	Lucro Presumido e Arbitrado.....	279
4.14.7	Controles Específicos.....	280
4.15	Perdas no recebimento de créditos .....	280
4.15.1	Alterações da IN RFB nº 1881, de 2019.....	281
4.16	Controle por Subcontas Contábeis .....	282
4.16.1	Utilização de subcontas – Legislação tributária .....	284
4.16.2	Decisão do CARF sobre subcontas.....	285

**CAPÍTULO 5. AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO ..... 287**

**PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI**

**ATUALIZADOR: SILVÉRIO DAS NEVES**

5.1	Conceito.....	287
	5.1.1    Estimativas do valor justo para instrumentos financeiros.....	288
5.2	Contabilização de acordo com a Legislação Societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Contrapartida do ajuste a valor justo .....	288
	5.2.1    Pronunciamento Técnico CPC nº 48 .....	292
	5.2.2    Reversão do Ajuste de Avaliação Patrimonial por Ocasião da Alienação ou Baixa Parcial do Ativo que os originou.....	292
	5.2.3    Contabilização .....	293
5.3	Ativos que, segundo a legislação brasileira, podem ser avaliados a valor justo .....	293
	5.3.1    Combinações de Negócios .....	297
	5.3.2    “ <i>Deemed Cost</i> ”.....	298
	5.3.3    Ativos Objeto de Doação ou Permuta .....	298
5.4	Reconhecimento dos tributos diferidos como conta redutora do ajuste de avaliação patrimonial.....	302
5.5	Instrumentos financeiros .....	303
5.6	<i>Deemed cost</i> ou custo atribuído para avaliação inicial do ativo imobilizado .....	306
5.7	Tratamento fiscal no lucro real e no resultado ajustado (Lei 12.973/2014) e respectiva contabilização normatizada pela Receita Federal do Brasil.....	309
	5.7.1    Ganho de Avaliação a Valor Justo .....	309
	5.7.2    Perda de Avaliação a Valor Justo.....	313
	5.7.3    Ganho na Avaliação a Valor Justo na Permuta.....	314
	5.7.4    Tratamento Fiscal no Lucro e Resultado Presumido (Lei 12.973/2014). Mudança de Tributação do Lucro Presumido para Lucro Real.....	317
	5.7.5    Ganho de Capital na Subscrição de Ações .....	318
	5.7.6    Perda de Capital na Subscrição de Ações.....	320
5.8	Tratamento tributário do valor justo na legislação do PIS e da COFINS .....	322

5.8.1	Base de Cálculo na Sistemática Cumulativa.....	322
5.8.2	Base de Cálculo na Sistemática Não Cumulativa .....	322
5.8.3	Créditos relativos ao PIS e COFINS Incidentes sobre Importações .....	322
5.9	CARF e o controle em subcontas do AVJ .....	323

**CAPÍTULO 6. AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (MEP) ..... 325**

**PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI**

**ATUALIZADOR: SILVÉRIO DAS NEVES**

6.1	Conceito de investimentos.....	325
6.2	Investimentos temporários e permanentes.....	326
6.3	O Método da Equivalência Patrimonial (MEP) .....	326
6.4	Obrigatoriedade do método .....	327
6.5	Sociedades controladas .....	328
6.6	Sociedades coligadas.....	328
6.7	Sociedades que fazem parte de um mesmo grupo.....	328
6.8	Empreendimentos controlados em conjunto .....	329
6.9	Contrapartidas credoras ou devedoras do ajuste do investimento no ativo.....	329
6.9.1	Lucro ou Prejuízo na Investida .....	329
6.9.2	Aumento de Capital da Investida .....	331
6.9.3	Recebimento de Dividendos .....	341
6.9.4	Ajustes de Avaliação Patrimonial (PL).....	342
6.9.5	Ajuste de Conversão Cambial na Investida .....	344
6.10	Aquisição de participação societária por valor distinto do valor patrimonial .....	346
6.10.1	Avaliação a Valor Justo em Ativos e Passivos da Investida, cuja aquisição foi efetuada com Mais-valia...	353
6.10.2	Avaliação a Valor Justo em Ativos e Passivos da Investida, cuja aquisição foi efetuada com Menos-valia.....	356
6.10.3	Tratamento da Mais ou Menos-valia e da Perda por <i>Impairment</i> no <i>Goodwill</i> em Operações de Incorporação, Fusão e Cisão.....	356

6.10.4	Aquisição de Participação Societária em Estágios (art. 427 do RIR/2018).....	356
6.10.5	Tratamento da Aquisição Societária Adquirida em Estágios nas Operações de Fusão, Cisão e Incorporação .....	361

**CAPÍTULO 7. GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL..... 363**

**PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI**

**ATUALIZADOR: SILVÉRIO DAS NEVES**

7.1	Conceitos básicos .....	363
7.2	Apuração contábil e tratamento fiscal .....	364
7.2.1	Ativo Imobilizado .....	364
7.2.2	Ativo Intangível .....	370
7.2.3	Participações Societárias Permanentes (Investimentos).....	372
7.2.4	Investimentos (Propriedade para Investimento) .....	377
7.3	Ganho de capital nas vendas, para recebimento do preço, no todo ou em parte, posteriormente ao término do exercício social seguinte ao da contratação .....	379
7.3.1	Casos Práticos (Legislação Atual e Anterior).....	380
7.4	Ganho ou perda de capital na subscrição de participação societária com integralização por meio da entrega de ativo avaliado a valor justo.....	383
7.5	Apuração e compensação de prejuízos não operacionais.....	383
7.6	Ganhos de capital não são tributados pelo PIS/COFINS.....	388

**CAPÍTULO 8. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DE SOCIEDADES..... 389**

**PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI**

**ATUALIZADOR: SILVÉRIO DAS NEVES**

8.1	Conceito de combinações de negócios .....	389
8.1.1	Aquisições de Participações Societárias em Estágios....	394
8.1.2	Aquisições sem Transferência de Controle ou entre Partes sob Controle Comum.....	398
8.2	Incorporação, fusão e cisão. Conceito e tratamento contábil....	399
8.2.1	Incorporação. Conceito e Aspectos Contábeis mais elementares .....	399

8.2.2	Fusão. Conceito e Aspectos Contábeis mais elementares .....	401
8.2.3	Cisão. Conceito e Aspectos Contábeis mais elementares .....	402
8.2.4	Operações entre Sociedades sobre Controle Comum ....	405
8.3	Incorporação quando uma das sociedades participa do capital de outra .....	406
8.3.1	Incorporação da Investida por sua Investidora .....	406
8.3.2	Incorporação da Investidora pela Investida .....	409
8.4	Aspectos tributários das operações de incorporação, fusão e cisão .....	412
8.4.1	Histórico: Participações Societárias Adquiridas até 31.12.2014 .....	412
8.4.2	Participações Societárias Adquiridas depois de 31.12.2014 .....	416
8.5	Aspectos tributários comuns às operações de incorporação, fusão e cisão .....	427
8.5.1	Compensação de Prejuízos .....	427
8.5.2	Reservas de Reavaliação .....	428
8.5.3	Participação Extinta em Fusão, Incorporação e Cisão ...	429
8.5.4	Responsabilidade Tributária dos Sucessores .....	431
8.5.5	Levantamento de Balanço, Apresentação da ECF e Pagamento do Imposto .....	431
8.5.6	Incentivos e Benefícios Fiscais .....	432
<b>CAPÍTULO 9. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP) .....</b>		<b>435</b>
<b>SILVÉRIO DAS NEVES</b>		
9.1	Definição .....	435
9.2	Dedutibilidade (art. 355 do RIR/2018).....	435
9.2.1	Variação <i>pro rata</i> dia da TJLP .....	436
9.2.2	Juros capitalizados ou mantidos em conta de reserva ...	437
9.2.3	Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL).....	437
9.2.4	Límite dedutibilidade .....	437
9.2.5	JCP imputados aos dividendos .....	437
9.2.6	Dividendos de sociedades anônimas .....	438
9.3	Imposto de renda na fonte .....	439
9.3.1	IRR de 15%.....	439

9.3.2	IRRF de 25%.....	440
9.4	1º caso prático.....	440
9.5	Dedução de JCP de períodos anteriores.....	441
9.5.1	Superior Tribunal de Justiça (STJ) .....	442
9.5.2	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ...	442
9.5.3	Projeto de Lei nº 2.198, de 2024 .....	443
9.5.4	Posição da RFB sobre dedução dos JCP .....	444
9.6	Contas do patrimônio líquido (PL).....	444
9.6.1	Para apurar JCP até 31.12.2023 .....	444
9.6.2	Para apurar JCP a partir de 1º.01.2024 .....	445
9.7	Conveniência da distribuição dos JCP (menor ônus tributário) .....	447
9.7.1	Para sócios Pessoas Físicas .....	447
9.7.2	Para sócios Pessoas Jurídicas.....	449
9.7.3	PIS e COFINS .....	451
9.8	Tabela das TJLP (% trimestral e valores médios).....	451
9.8.1	Cálculo dos juros <i>pro rata</i> .....	452
9.9	Caso Prático Final .....	454

## **CAPÍTULO 10. RESULTADOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR..... 457**

### **SILVÉRIO DAS NEVES**

10.1	Histórico da tributação.....	457
10.2	Vigência da Lei 12.973/2014 .....	458
10.2.1	Opção pela Tributação Universal.....	458
10.3	Pessoa jurídica equiparada à controladora.....	459
10.3.1	Introdução .....	459
10.3.2	Equiparada à Controladora.....	459
10.4	Regime fiscal privilegiado .....	460
10.5	Definições de Renda .....	461
10.6	Tributação das controladas – Exterior.....	462
10.6.1	Registro em Subcontas Individualizadas (Art. 447 do RIR/2018) .....	462
10.6.2	Conversão para Reais.....	463
10.6.3	Equivalência patrimonial societária.....	466
10.7	Pessoas Jurídicas Controladoras.....	473

10.7.1	Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL .....	473
10.7.2	Contabilização para Fins Tributários .....	476
10.7.3	Reversão das Subcontas e Distribuição de Lucros .....	477
10.7.4	Caso Prático – 1 <sup>a</sup> Hipótese .....	478
10.7.5	Caso Prático – 2 <sup>a</sup> Hipótese .....	480
10.7.6	Caso Prático – 3 <sup>a</sup> Hipótese (Subitem 10.6.3) .....	482
10.7.7	Dedução de Prejuízos Acumulados do Exterior .....	483
10.7.8	Atividades Especiais .....	484
10.7.9	Ajuste Consolidado.....	485
10.8	Pessoas Jurídicas Coligadas.....	488
10.8.1	Tributação pelo Regime de Caixa (Art. 452 do RIR/2018).....	488
10.8.2	Tributação pelo Regime de Competência .....	490
10.8.3	Opção Estabelecida pela IN RFB nº 1.674/2016 .....	491
10.9	Disponibilização dos resultados positivos .....	491
10.9.1	Liquidiação da Empresa Brasileira.....	491
10.9.2	Liquidiação da Investida no Exterior .....	492
10.9.3	Absorção da Investida no Exterior.....	492
10.9.4	Alienação da Investida no Exterior .....	492
10.10	Imposto pago no exterior .....	492
10.10.1	Conversão para Reais (R\$) .....	493
10.10.2	Montante Passível de Compensação .....	493
10.10.3	Compensação do Imposto Pago no Exterior .....	493
10.10.4	Dedução em Momento Posterior .....	494
10.10.5	Apuração de Base de Cálculo Negativa no Brasil .....	494
10.10.6	Base de Cálculo Positiva Inferior ao Lucro Apurado no Exterior .....	495
10.10.7	Baixa do Saldo do Imposto Pago no Exterior .....	495
10.10.8	Consolidação de Resultados .....	496
10.11	Deduções da base de cálculo .....	496
10.11.1	Dedução do lucro de participações no Brasil.....	496
10.11.2	Dedução – Preços de Transferência e Subcapitalização .....	496
10.11.3	Dedução dos Tributos Devidos (IRPJ e CSLL) .....	498
10.11.4	Limites de Dedução do IR Pago no Exterior .....	501

10.11.5 Dedução do Imposto de Renda Retido sobre Dividendos .....	502
10.12 Pagamento .....	502
10.12.1 Diferimento na Proporção dos Lucros Distribuídos ...	502
10.12.2 Informação na DCTF.....	503
10.12.3 Fusão, Cisão, Incorporação e Extinção .....	503
10.12.4 Incidência de Juros e Variação Cambial.....	503
10.12.5 Opção pelo Pagamento Parcelado .....	503
10.12.6 Infração às Regras deste Item.....	504
10.12.7 Caso Prático (Resultado Apurado no Exterior).....	504
10.13 Disponibilização da documentação fiscal .....	507
10.14 Novas regras de tributação universal .....	507
10.14.1 Opção para o Ano-calendário de 2014 .....	508
10.14.2 Exercício ou Cancelamento da Opção .....	509
10.15 Prazo de dois anos para compensação do IR pago.....	509
10.16 Fundos de investidores estrangeiros .....	509
10.17 Prejuízos fiscais e BC negativa da CSLL .....	510
10.18 Regime fiscal privilegiado .....	512
10.18.1 Alteração na Tributação .....	512
10.19 Demonstrativos.....	512
10.20 Equivalência patrimonial – Esclarecimento.....	513
10.21 Casos práticos .....	514
10.21.1 1º Caso Prático – IRPJ .....	514
10.21.2 2º Caso Prático – IRPJ.....	516
10.21.3 3º Caso Prático – IRPJ .....	521
10.21.4 4º Caso Prático – IRPJ .....	523
10.21.5 5º Caso Prático – IRPJ e CSLL.....	524
10.21.6 6º Caso Prático – IRPJ e CSLL.....	528
10.21.7 Casos Práticos.....	531
10.22 Aspectos societários da conversão do lucro .....	537
10.22.1 Dólares para Reais pela Cotação Média do Ano .....	537
10.23 Caso prático .....	539
10.24 Lucro presumido .....	547
10.24.1 Participação societária no exterior.....	547
10.25 Regras globais contra a erosão da base tributária .....	549
10.25.1 Alterações na Lei 12.974/2014.....	549

10.25.2	Incentivos Fiscais .....	549
10.25.3	País ou dependência com tributação favorecida .....	549
10.25.4	Adicional da CSLL.....	550
10.26	Legislação infralegal: IN RFB nº 2.228, de 03-10-2024 .....	550

## **CAPÍTULO 11. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – PIS E COFINS ..... 551**

### **SILVÉRIO DAS NEVES**

11.1	Introdução .....	551
11.1.1	Aspectos – constitucionais .....	551
11.1.2	Aspectos legais e infralegais.....	552
11.2	Contribuintes .....	552
11.3	Formas de incidência e modalidades de contribuição .....	553
11.3.1	Formas de incidência.....	553
11.3.2	Modalidades de contribuição.....	553
11.4	Regime de caixa e diferimento .....	554
11.5	Importação e exportação.....	554
11.5.1	Importação (Lei nº 10.865/2004) .....	554
11.5.2	Exportação (créditos).....	555
11.6	Retenções na fonte de contribuições sociais (PIS e COFINS) ....	556
11.6.1	Legislação e normatização .....	557
11.6.2	Caso prático .....	557
11.6.3	Contabilização .....	557
11.6.4	Lei nº 11.727, de 2008 .....	558
11.6.5	Solução de consulta COSIT nº 56, de 26-03-2025 .....	558
11.7	PIS sobre folha de salário (pagamento).....	559
11.7.1	Contribuintes.....	559
11.7.2	Base de cálculo .....	560
11.7.3	Não integram a base de cálculo .....	560
11.7.4	Alíquota .....	560
11.7.5	Vencimento – PIS folha de salário (pagamento) .....	560
11.7.6	Caso prático .....	561
11.8	Receitas financeiras.....	561
11.8.1	Decreto 8.426/2015.....	561
11.8.2	Alíquotas.....	561
11.9	PIS e COFINS sobre o faturamento e receita .....	563
11.9.1	Base de cálculo .....	563

11.9.2	Faturamento (incidência cumulativa) .....	563
11.9.3	Alíquotas gerais .....	563
11.9.4	Período de apuração .....	564
11.9.5	Prazo de recolhimento.....	564
11.9.6	Exclusões permitidas (cumulativa e não cumulativa) ...	564
11.9.7	1º caso prático .....	566
11.9.8	2º caso prático .....	567
11.10	Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.....	568
11.10.1	Apuração cumulativa.....	568
11.10.2	Apuração não cumulativa.....	569
11.10.3	Casos práticos – dados.....	569
11.10.4	Exclusão do ICMS nas aquisições para fins de crédito...	572
11.11	Alienação de participações societárias.....	574
11.11.1	Caso prático .....	575
11.12	Contribuições sociais cumulativas (PIS/COFINS).....	575
11.12.1	Contribuintes.....	575
11.12.2	Base de cálculo .....	576
11.12.3	1º caso prático .....	576
11.13	2º caso prático.....	578
11.14	3º caso prático.....	580
11.15	Contribuições sociais não cumulativas (PIS/COFINS).....	582
11.15.1	Finalidade .....	582
11.15.2	Contribuintes.....	582
11.15.3	Base de cálculo .....	583
11.15.4	Imunidade e não incidência .....	584
11.15.5	Créditos de PIS e COFINS .....	584
11.15.6	Quadro dos créditos da IN RFB 2.121/2022 .....	586
11.15.7	Créditos básicos (art. 169 a 192 da IN RFB 2.121/2022)....	589
11.16	Contabilização não cumulativa (PIS e COFINS) .....	597
11.16.1	Instituto Brasileiro de Auditores Independentes do Brasil.....	597
11.16.2	Não cumulatividade – posição fisco .....	597
11.16.3	Caso prático – apuração e contabilização.....	598
11.17	PJ parcialmente submetida à não cumulatividade .....	603
11.17.1	Caso prático – dados .....	604
11.18	Comparações: cumulatividade e não cumulatividade .....	605

11.19 Declaração a ser entregue à Receita Federal do Brasil .....	605
11.19.1 Escrituração Fiscal Digital (EFD – contribuições) .....	605
11.20 Reforma tributária.....	606
11.20.1 Perguntas e respostas da Reforma Tributária.....	610

## **CAPÍTULO 12. O IVA DUAL BRASILEIRO INAUGURADO PE- LA EMENDA CONSTITUCIONAL 132/2023. RE- FORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO..... 613**

### **ISABEL DELFINO SILVA MASSAIA**

12.1 Introdução .....	613
12.2 Nossa Sistema Tributário atual e o novo Sistema de Tribu- tação Sobre o Consumo – Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2025.....	614
12.3 Dos pilares da Emenda Constitucional 132, de 2023 .....	618
12.3.1 Simplicidade .....	619
12.3.2 Transparência .....	622
12.3.3 Justiça Tributária .....	623
12.3.4 Cooperação .....	624
12.3.5 Defesa do Meio Ambiente.....	626
12.4 Do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social Sobre Bens e Serviços (CBS).....	631
12.5 Modalidades de extinção dos débitos da CBS e do IBS .....	639
12.6 Conclusão.....	640

## **CAPÍTULO 13. CASOS PRÁTICOS: IBS E CBS..... 641**

### **SILVÉRIO DAS NEVES**

13.1 Tributos calculados “por dentro” .....	642
13.1.1 ICMS .....	642
13.1.2 Caso prático (ISS, PIS e COFINS) .....	645
13.2 Apuração dos novos tributos (IBS e CBS) .....	647
13.2.1 Contabilização do IBS/CBS.....	647
13.2.2 Tributos: futuro cronológico .....	648
13.2.3 Transição dos novos tributos (CBS e IBS).....	650
13.2.4 Adequações de NFS Nota Técnica NFe 2025.002-RTC...	651
13.2.5 Casos práticos CBS e IBS (transição no ano de 2026).....	652
13.2.6 Introdução dos casos práticos do CBS e IBS .....	655

**38** CURSO PRÁTICO DE IMPOSTO DE RENDA: PESSOA JURÍDICA E TRIBUTOS CONEXOS

13.2.7	Caso prático (transição IBS e CBS em 2026/2027) ....	657
13.2.8	Caso prático (IBS e CBS em 2026/2027).....	662
13.2.9	Transição do IBS de 2029 a 2032 .....	665
13.2.10	Casos práticos (IBS e CBS) .....	666
13.3	Caso prático – Alíquotas reduzidas .....	669

**CONTEÚDO EXTRA PROVIEW**

**CAPÍTULO 14. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO E  
CONCESSÃO CAPÍTULO 15. LUCRO DA EXPLORAÇÃO**